Qualis B4 ISSN: 2675-0236

RESENHA

Listas de conteúdos disponíveis em DOAJ

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social

Resenha do artigo intitulado "Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará"

Review of the article entitled "Government planning: strategy for modernizing public administration in Ceará".

ARK: 44123/multi.v6i12.1431

Recebido: 12/03/2025 | Aceito: 25/05/2025 | Publicado *on-line*: 02/06/2025

Marcelle Alves de Santana[1]
https://orcid.org/0000-0002-8883-1815
http://lattes.cnpq.br/7999148716151334
UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil
E-mail: marcelle403@yahoo.com.br

João Carlos Gonçalves[2]
https://orcid.org/0000-0001-5167-8135
https://lattes.cnpq.br/9535681858709853
UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil
E-mail: joao.goncalves@uniprocessus.edu.br

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará". Este artigo é de autoria de José Joaquim Neto Cisne, Ana Thais Carneiro Cisne e Letícia Maria Carneiro Cisne. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico **"Conhecer: debate entre o público e o privado"**, volume. 11, n. 27, ano 2021.

Palavras-chave: Planejamento. Planos Governamentais. Planos Plurianuais.

Abstract

This is a review of the article entitled "Government planning: strategy for modernizing public administration in Ceará". This article was written by José Joaquim Neto Cisne, Ana Thais Carneiro Cisne and Letícia Maria Carneiro Cisne. The article reviewed here was published in the journal "Conhecer: debate entre o público e o particulares", volume 11, n. 27, year 2021.

Keywords: *Planning. Government Plans. Multi-Year Plans.*

[1] Mestre em Impactos da Contabilidade no Setor Público, nas Organizações e na Sociedade pela Universidade de Brasília (2023). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013).
[2] Doutorando em Ciências Contábeis (2023) pela Universidade de Brasília UnB. Mestre em Ciências Contábeis pela UnB (2023). Possui graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela UNISANTOS -FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS DE SANTOS (1985).

Resenha

Esta é uma resenha da obra intitulada “Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública do Ceará”. O artigo em questão é de autoria de José Joaquim Neto Cisne, Ana Thais Carneiro Cisne e Letícia Maria Carneiro Cisne.

O primeiro autor é José Joaquim Neto Cisne, doutor em Integração e Desenvolvimento Econômico pela Universidade Autônoma de Madri.

A segunda autora, Ana Thais Carneiro, é mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará.

A terceira autora, Letícia Maria Carneiro Cisne, é graduada em Ciências Jurídicas pela Universidade de Fortaleza.

O artigo analisado é dividido nas seguintes seções: resumo, palavras-chave, *abstract, keywords*, introdução; o planejamento governamental no Ceará; as inovações dos recentes planos plurianuais no Ceará; e considerações finais.

Quanto ao resumo, os autores descrevem, com sensatez, que o figura do planejamento é essencial para almejar bons resultados, e, com isso, a pesquisa apresenta, de forma sucinta, o histórico dos trabalhos desenvolvidos para planejar as ações governamentais no Ceará por meio do estudo dos planos elaborados ao longo do tempo.

Por conseguinte, o tema deste artigo é “Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública do Ceará”.

O objetivo geral foi analisar as experiências de planejamento governamental no Estado do Ceará, a partir dos anos 1960, elaboradas pelos diferentes governos estaduais, além de enfatizar as inovações apresentadas nos 2 últimos planos plurianuais referentes aos períodos de 2016-2019 e 2020-2023.

A temática da pesquisa conta com a justificativa de que, especificamente para as ações governamentais, a ação de planejar está conectada com a melhoria da governança pública.

A metodologia empregada para a construção do estudo resume-se pela utilização do método dedutivo, por meio da aplicação de pesquisa bibliográfica, com revisão da literatura e análise documental. Essa escolha metodológica permitiu que os autores estudassem todos os planos de governo do Ceará até então, assim como demais legislações e atos administrativos correlatos.

Na seção seguinte, “Planejamento governamental no Ceará”, José, Ana e Letícia começam a declarar, com precisão, as experiências práticas de planejamento. No Estado Novo, governo de Getúlio Vargas, houve maior influência do Estado na economia, respaldado pelas teorias keynesianas. Desse modo, conforme os autores, órgãos públicos foram criados com o intento de expandir o setor público. Especificamente no Estado do Ceará, a experiência inicial de planejamento caminhou a passos lentos. O governo de Virgílio Távora representou uma nova fase na administração pública daquele ente estatal ao conduzir o primeiro plano de governo. Instrumentos relacionados ao planejamento foram criados como a Secretaria de Planejamento e Coordenação e o Sistema de Planejamento e Controle.

Período seguinte, 1971-1974, ao pesquisadores articularam de maneira inequívoca sobre as particularidades de planejamento no governo cearense. Portanto, afirmaram que se instituiu o Plano de Governo do Estado do Ceará, cuja base foi os fundamentos do Decreto-Lei 200/1967 (planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle), além de contar com a participação de setores da sociedade local. Oportunidades de melhoria foram vislumbradas, segundo os autores, a saber: conflitos de competência, duplicidade de

atividade entre as estruturas estatais e atividade de planejamento estatal ineficiente. Mudanças forçosamente deveriam acontecer na estrutura administrativa, a exemplo de reestruturação, conforme a pesquisa. Mais tarde, outros planos como o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará identificaram disfunções, como crescimento desordenado de instituições estatais, comprometendo a coordenação administrativa.

No período de 1979 a 1983, José, Ana e Letícia pontuaram, sagazmente, o II Plano de Metas Governamentais, que considerou a opinião dos segmentos da sociedade cearense. Esse plano contemplou importantes projetos estruturantes. De 1983 a 1987, o estudou lembrou que o Plano Estadual de Desenvolvimento representou uma tentativa de gestão participativa, posto que a sociedade participaria da elaboração, ajuste e avaliação das ações do Executivo. De 1987 a 1991, profundas mudanças políticas, administrativas e institucionais foram promovidas. O resultado dessas mudanças colocaram o estado do Ceará como modelo a ser seguido por outros estados brasileiros. Com o advento da Constituição Federal de 1988, novidades quanto à temática planejamento governamental foram promovidas: planos plurianuais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias , base para as Lei Orçamentárias Anuais. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar da Transparência Pública também foram marcos legais para a gestão pública brasileira. Assim, os autores foram pontuais ao inserir que, o governo do Ceará, de modo a seguir o previsto nesses instrumentos, promoveu inovações importantes como controle rigoroso nas contas públicas com transparência e priorizando os investimentos na infraestrutura econômica e social.

Sobre as inovações dos recentes planos plurianuais no Ceará, os autorees destacaram, de maneira relevante, as inovações encontradas nos planos plurianuais de 2016 a 2019 e de 2020 a 2023. Esses planos abraçavam ideias como participação cidadã, desenvolvimento sustentável e atuação intersetorial. Os pesquisadores complementam, com inteligência, que a citada intersetorialidade abrange diferente políticas como sociais, ambientais, infraestrutura e econômicas. De modo geral, os planos abrangeram áreas inerentes ao desenvolvimento do ser humano e que essas deveriam compor a agenda de todos os governos.

Por fim, após pontuaram os altos e baixos da estrutura administrativa do governo do Ceará ao longo do período de análise, os autores indicaram, de forma clara e precisa, que o Estado, ao longo tempo, vem empreendendo de modo a inovar e buscar a eficiência de sua gestão governamental. Indicaram, ainda, a constante tentativa de alinhamento entre suas ações com seus instrumentos de planejamento governamental, a saber Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. No entanto, pontos negativos ainda são vislumbrados como desigualdade social e a falta de celeridade na prestação de serviços públicos de qualidade. Nesse ínterim, foi apresentado que é primordial a ênfase em ações planejadas e controles governamentais e sociais efetivos na aplicação dos recursos públicos.

Referências

CISNE , J. J. N. .; CISNE, A. T. C.; CISNE, L. M. C. . Planejamento governamental: estratégia de modernização da administração pública no Ceará. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 11, n. 27, p. 171–192, 2021. DOI: 10.32335/2238-0426.2021.11.27.7157.